

Texto para Como Fazer? – 9/11/00

A GESTÃO ENQUANTO INSTRUMENTO PARA A CONSTRUÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96, as Diretrizes e os Parâmetros Curriculares Nacionais devem ser o referencial teórico para a implementação do Ensino Médio. A partir da LDB, o ensino médio passa a ser etapa final da educação básica e tem como objetivos consolidar e aprofundar os conhecimentos do ensino fundamental; possibilitar o prosseguimento de estudos; garantir a preparação básica para o trabalho e a cidadania; aprimorar o educando como pessoa e dotá-lo de instrumentos que o permitam continuar aprendendo ao longo de sua vida.

A perspectiva tradicional, em todos os níveis de ensino, é analisar a realidade de maneira segmentada, sem desenvolver a compreensão dos múltiplos conhecimentos que se interpenetram e conformam determinados fenômenos. Para esta visão, contribui o enfoque disciplinar que, na nova proposta de reforma curricular, pretende-se superado pela perspectiva interdisciplinar e pela contextualização dos conhecimentos, que são os princípios pedagógicos estruturadores do currículo.

Ao propor uma nova forma de organizar o currículo, parte-se do pressuposto que toda aprendizagem significativa implica uma relação sujeito/objeto. E para que esta se concretize é necessário que sejam dadas as condições para que os dois pólos do processo interajam. Preconiza-se que a concepção curricular seja transdisciplinar, de forma que linguagens, ciências, tecnologias, e os demais conhecimentos que permitem uma leitura crítica do mundo estejam em todos os momentos da prática escolar.

A implementação do novo Ensino Médio é, no entanto, um projeto que apenas se inicia, marcando uma grande ruptura no processo de ensino, alterando conceitos e valores até então vigentes. As Diretrizes e os Parâmetros se apresentam não como um conjunto de regras a serem seguidas, mas como uma possibilidade de múltiplos arranjos institucionais e currículos inovadores.

Propõe-se a prática de aprendizagem contínua de seus agentes, o diálogo permanente entre esses, buscando sempre o aperfeiçoamento contínuo da ação educativa. O objetivo é organizar e legitimar a passagem de um ensino centrado nos saberes disciplinares a um ensino definido pela construção de competências.

O objetivo, ao se manejar os conteúdos, deverá ser a base de constituição de competências e habilidades e não simplesmente o domínio de grande quantidade de informações. O conteúdo deve ser abordado como instrumento para que os alunos desenvolvam suas habilidades e competências, as quais permitam ao indivíduo produzir e usufruir dos bens culturais, sociais e econômicos. Preparar o cidadão para

este novo mundo significa prepará-lo para aprender a aprender, dar significado ao seu conhecimento, fundamentar a crítica, relacionar experiências, relacionar teoria e prática.

As colocações acima devem constituir o pano de fundo onde são tecidas as considerações sobre a gestão da escola, aqui entendida, fundamentalmente, como gestão do processo da aprendizagem. Nesta perspectiva, alguns pontos como autonomia, contextualização, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, seleção de conceitos, entre outros, devem ser abordados, já que perpassam a questão da gestão da aprendizagem. Todos estes pontos serão por nós tratados e estarão assim divididos:

- Tema I: Autonomia e Gestão na escola
- Tema II: Princípios norteadores da gestão do projeto pedagógico
- Tema III: A construção do projeto pedagógico
- Tema IV: Desenvolvimento de Atividades ou Projetos de Trabalho

A GESTÃO ENQUANTO INSTRUMENTO PARA A CONSTRUÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Tema I - Autonomia e Gestão na escola

A autonomia da escola como ponto de partida

A autonomia da escola está prevista na legislação e no referencial teórico que afirmam que as escolas terão que construir sua identidade para gerir o ensino. Torna-se necessário passar do discurso à ação. Em Educação, um grande problema tem sido o fato de a escola não ter nem os instrumentos, nem a autoridade necessários para resolver seus problemas. Dar à comunidade escolar a autoridade e os meios para realizar sua gestão e crescer é o começo da transformação.

É necessário construir a autonomia escolar em seu verdadeiro sentido – a possibilidade da diversidade – com a única limitação de que, obrigatoriamente, deve haver uma educação de qualidade, ou seja, uma educação que forneça a todos os alunos a oportunidade de adquirir competências e habilidades necessárias para tornarem-se uma pessoa autônoma e participante, com pensamento crítico, criativo e produtivo numa sociedade em profundas transformações.

A autonomia não significa, entretanto, isolamento. Ela deve ser ponto de partida para que a escola possa fornecer a possibilidade de uma aprendizagem significativa, na qual alunos e professores entendam os problemas do mundo que os rodeiam e utilizem o conhecimento para reencontrar soluções e achar caminhos sempre novos.

Essa possibilidade não deve resultar, porém, em um “abandono” da escola à sua própria sorte por parte da administração federal e/ou estadual. Pelo contrário: há necessidade de uma política de reforço da autonomia das escolas, de modo a criar condições para que ela seja “construída” em cada unidade escolar, de acordo com suas especificidades locais.

Nesta perspectiva, a ação dos órgãos intermediários e centrais reveste-se de uma importância que não pode ser subestimada. O apoio técnico e a participação na supervisão dos projetos escolares podem se colocar como condição de aperfeiçoamento docente. A autonomia da escola não constitui, portanto, um fim em si mesmo, mas um meio de se realizar, em melhores condições, a formação dos jovens.

A autonomia da escola é, portanto, uma construção social e política, que se dá pela interação dos diferentes atores organizacionais em uma determinada escola.

Gestão da escola

Gestão significa dar direção ao processo de organização e funcionamento da escola, comprometida com a formação do cidadão. Não qualquer formação, mas justamente aquela já apontada anteriormente, no referencial que apresenta a orientação em âmbito mais geral de um processo: direção de mudanças a serem efetuadas.

Se as escolas têm a responsabilidade de formar seus alunos de acordo com os princípios já apontados, é na gestão da aprendizagem que elas devem concentrar seus esforços.

A compreensão dessa afirmação remete a um compromisso com o significado da reforma do Ensino Médio e com a garantia do processo educativo que se realiza na escola. Processo este não individual, mas **coletivo**, envolvendo todo o corpo docente, técnico-administrativo e a comunidade no planejamento, organização e desenvolvimento de um projeto político-pedagógico.

É a intencionalidade do que se quer fazer que define a direção da ação e as formas de organizar a execução. É a intencionalidade - que se expressa nos objetivos – que irá nortear aquilo que se apresenta como desejado e necessário. Somente a participação efetiva e coletiva do conjunto dos educadores de uma unidade escolar garante que a verdadeira aprendizagem se viabilize e se concretize.

É por meio do projeto pedagógico em ação, que em outras palavras significa gestão da aprendizagem, que serão alcançados os objetivos propostos para o processo educativo, ao mesmo tempo em que se fortalecerá cada um dos membros da escola, que poderão reavaliar sua própria prática.

Na verdade, um processo de gestão que construa coletivamente um projeto pedagógico de trabalho possui, em sua raiz, a potencialidade de transformação. É necessário que a atuação na escola seja realizada com competência para que a aprendizagem aconteça, para que as convicções se construam no diálogo e no respeito e as práticas se efetivem coletivamente no companheirismo e na solidariedade.

A constituição de um projeto educativo coletivo forma a identidade de cada escola e é o meio de implantar uma gestão inovadora da aprendizagem. Nessa perspectiva, cabe ao diretor da escola assumir a liderança do processo. Sua função é principalmente pedagógica e social, exigindo competência técnica, política e pedagógica. É ele quem deve fazer a articulação dos diferentes atores em torno do projeto político-pedagógico da escola.

Portanto, o diretor deve, necessariamente exercer sempre uma liderança, mas uma liderança democrática, que seja capaz de dividir o poder de decisão sobre os assuntos escolares com todos os protagonistas do processo ensino/aprendizagem, criando e estimulando a participação de todos.

Tema II: Princípios norteadores da Gestão do Projeto Pedagógico

Considerando as relações entre Gestão Escolar e Projeto Pedagógico da Escola, torna-se claro que para se alcançar a qualificação do ensino e do processo de aprendizagem é preciso partir do contexto atualmente encontrado nas escolas e no mundo. Baseando-se nessas análises e questionamentos, definem-se os objetivos, somente possíveis se norteados por diretrizes claras e compreendidas por todos os integrantes desse processo: professores, orientadores, corpo administrativo da escola e alunos.

Assim, a compreensão exata do momento pelo qual passamos é fundamental para que então se possa definir para onde ir. A qualificação do ensino com o objetivo de formar cidadãos mais preparados para viver em um mundo completamente tomado pela diversidade e por constantes transformações, coloca em xeque a tendência tradicional de transmissão de conhecimento compartimentado, o que chamamos comumente de fragmentação do conhecimento.

De fato, a fragmentação no ensino e no conhecimento se expressa de diversas formas. Os conteúdos

e as atividades didáticas não se integram: acumulam-se por justaposição, causando aos alunos a impressão de que os elementos culturais que dão conteúdo ao seu saber são estanques e oriundos de fontes isoladas.

A fragmentação encontra-se, também, na divergência entre o discurso teórico - a sala de aula - e experiências reais, impossibilitando o aluno de interagir de forma fértil e coerente em seu meio. Além disso, a própria vida da escola é desarticulada da vida da comunidade à qual serve - não há interação, tudo transcorre como se fossem dois universos autônomos, totalmente distintos.

Assim, o que comumente se encontra é um processo de desqualificação e valorização apenas da execução de tarefas no sistema de ensino, configurando-se uma verdadeira fragmentação. Conteúdos culturais abordados são descontextualizados, distantes do mundo real. Na medida em que esses conteúdos são fundamentalmente manejados através de livros-texto, não passando de meros enunciados que devem ser apenas memorizados pelos alunos, a aprendizagem ressalta, acima de tudo, essa compartimentalização.

E este tipo de educação certamente não colabora para a formação de indivíduos que exerçam de forma plena sua cidadania, capazes de intervir em seu meio de forma responsável, justa, solidária e democrática.

É justamente neste sentido que se propõe a revisão do Ensino Médio, apontando um novo caminho, permeado de novos conceitos e valores, tais como sensibilidade, igualdade e identidade - princípios nos quais se apóiam as DCNEM e que apresentam formas e alternativas diversificadas para a prática pedagógica.

Autonomia das escolas, contexto de trabalho, exercício da cidadania, formação geral e preparação básica para o trabalho são apenas algumas das orientações que a legislação traz. E dentro deste contexto é que se insere a necessidade de nos apoiarmos em conceitos norteadores, tais como a interdisciplinaridade e a contextualização, em detrimento do ensino fragmentado.

A interdisciplinaridade escolar, para que possa gerar resultados positivos por meio de sua prática efetiva, deve ser moldada em alguns pilares básicos: amplitude, profundidade e síntese. A amplitude pode ser apresentada como larga base de conhecimento e informação; a profundidade refere-se às condições que asseguram o requisito disciplinar, profissional e/ou conhecimento e informação interdisciplinar para a tarefa a ser executada; e, finalmente, a síntese, que trata justamente do processo integrador, e que pode ser considerado um ponto crítico para a prática da interdisciplinaridade.

São vários os cursos multidisciplinares nos quais cada aluno expõe suas expectativas e considerações acerca de determinado tema, configurando-se, ao final, como uma apresentação em série de seus pontos de vista, sem a devida discussão sobre as diferenças existentes nessas perspectivas. Nesse tipo de situação, a Integração é deixada por conta dos próprios alunos. Não existe a preocupação em elaborar uma síntese integrada das

diferentes abordagens e pontos de vista, de forma a propiciar um entendimento mais amplo acerca do tema.

Outra situação típica encontrada é a Integração realizada pelos próprios professores, que teriam somente que "transmitir" essa síntese já pronta aos alunos. Isto pode ocorrer, por exemplo, em situações em que há fusão de diferentes conteúdos, formando uma totalidade. Este tipo de Integração é bastante criticado, por se tratar de uma concepção externa capaz de provocar conseqüências negativas em relação à aprendizagem.

O objetivo, ao manejar os conteúdos, deverá ser a busca de constituição de competências e habilidades e não simplesmente o domínio de grande quantidade de informações. O conteúdo deve ser abordado como instrumento para que os alunos desenvolvam suas habilidades e competências, as quais permitam produzir e usufruir dos bens culturais, sociais e econômicos. Ora, preparar o cidadão para este novo mundo significa prepará-lo para aprender a aprender, saber dar significado ao seu conhecimento, fundamentar a crítica, relacionar experiências, relacionar teoria e prática.

Tendo em vista que a base nacional comum dos currículos do Ensino Médio organizou-se em áreas de conhecimento – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e suas Tecnologias, pressupõe-se que as diversas disciplinas sejam recortes dessas áreas de conhecimento. Assim, essas disciplinas devem ser didaticamente solidárias para atingir os objetivos propostos para a aprendizagem, devendo buscar entre si interações que permitam uma compreensão mais ampla da realidade.

Assim é preciso considerar, por exemplo, a necessidade de relacionar as disciplinas em áreas de projetos de trabalho, pesquisa e ação, partindo-se do pressuposto de que todas as áreas de conhecimento mantêm diálogo umas com as outras.

Um dos caminhos a ser trilhado deve buscar sustentação no objetivo de contribuir para que o aluno seja capaz de analisar, intervir, explicar e prever, "objetivos que são mais facilmente alcançáveis se as disciplinas, integradas em áreas de conhecimento, puderem contribuir cada uma com sua especificidade, para o estudo comum dos problemas concretos, ou para o desenvolvimento de projetos de investigação e/ou ação" (Resolução CEB/CNE nº3 de 26/6/98, Art 8ª, inciso II).

Portanto, dentro do princípio de autonomia das escolas, percebe-se claramente que sua responsabilidade aumenta perante o ensino. Caberá às escolas constituírem esses elementos de identidade que integram conhecimentos, tratando todos os conteúdos e competências em contextos significativos para os seus alunos, organizando esses conteúdos de ensino em estudos ou áreas interdisciplinares e projetos que melhor

abriguem a amplitude e o significado do conhecimento.

Tema III: A construção do Projeto Pedagógico

Ao contrário do que se poderia imaginar, a construção e implantação de um projeto pedagógico é um processo contínuo, que se realiza na prática e que necessariamente pressupõe e assume a complexidade da realidade. É preciso, portanto, abandonar posições prepotentes, unidirecionais e lançar um olhar mais comprometido, em um ambiente aberto para as investigações e ambigüidades que daí poderão decorrer.

Este, portanto, é um objetivo que deve ser constantemente perseguido e seu aperfeiçoamento só poderá ocorrer na medida em que são realizadas experiências, exercitando-se possibilidades, problemas e limitações.

É possível - e desejável - planejar e imaginar, mas somente na prática será viável avaliar seus resultados: o que será produzido, em qual intensidade e quantidade. Este não é um processo automático, com começo, meio e fim, e nem tão pouco mecânico, mas caracteriza-se antes como um investimento contínuo, que se legitima, sobretudo, através de experimentos na prática.

A indiscriminada proliferação de práticas intuitivas, ou mesmo de projetos educacionais que tomam emprestados conceitos sem, contudo, sequer abrangê-los, apresenta o flagrante de um quadro bastante comum, não só no Brasil, como na Europa e nos Estados Unidos. Não são raras as práticas improvisadas e mal elaboradas, frutos de modismos, nas quais os professores sequer estão engajados. Esta é uma das funções relevantes dos técnicos que atuam em nível intermediário e central. Compete a eles não apenas avaliar, mas em conjunto com os docentes, conceituar estas experiências.

Se, por um lado, a sustentação de projetos pedagógicos em “novos” conceitos – tais como contextualização e interdisciplinaridade – vêm ao encontro de uma grande tendência e das diretrizes propostas na reforma do ensino médio, por outro, é preciso tomar muito cuidado e evitar o risco da banalização ou distorção desses conceitos.

Antes de tudo, a análise do atual momento da Educação e a conseqüente necessidade de revisão e de modificações na estrutura do processo de aprendizagem prevêem alterações nas próprias instituições de ensino. As instituições, que controlam e promovem a construção do saber, mantêm estruturas dominadas pelo pensamento baseado em processos de aprendizagem que sabemos ser preciso colocar em cheque. Assim, a mudança se inicia dentro da própria escola, através da busca de convergência nas ações

docentes, atividades técnicas e intervenções administrativas.

É preciso promover, também, a articulação entre as diversas áreas e seus profissionais, em prol de um grande objetivo em comum. Não é mais possível aos profissionais de cada área agir com a autonomia absoluta que lhes é dada atualmente, como se suas áreas fossem totalmente independentes umas das outras, cada uma perseguindo somente o seu objetivo específico, representando um território de fronteiras intransponíveis, sem qualquer comprometimento com o resultado global a que se pretende chegar.

É preciso, também, superar a dificuldade de explorar os recursos disponíveis adequadamente, gerenciando-os como meios para alcançar os objetivos pretendidos. Além do mais, é imperativo aproximar a prática da teoria, eliminando a grande distância entre os discursos produzidos. Sob este aspecto, é importante ressaltar que a vida da escola deve estar em total sintonia com a vida da comunidade, em um só universo, intercomunicando-se continuamente.

Nesse sentido, o projeto educacional - entendido como o conjunto de propostas e planos de ação com objetivos construídos sobre valores previamente explicitados e aceitos - representa a possibilidade de superar essas dificuldades.

Somente o delineamento dessa intenção na prática poderá nortear o caminho a ser percorrido. Ademais, apenas mediante essa intenção é possível criar uma verdadeira equipe de trabalho - composta por todos os agentes envolvidos - o que é imprescindível para a prática da interdisciplinaridade.

Os conceitos, contextos históricos e procedimentos com os quais os alunos se deparam, devem estar organizados em torno de estruturas conceituais e metodológicas compartilhadas por várias disciplinas, configurando-se em unidades mais globais. No entanto, é preciso evitar que os alunos entrem em contato somente com conhecimento de sínteses transmitidas mecanicamente, impossibilitando-os de desenvolver a sua capacidade de detectar, analisar e solucionar problemas novos.

Outra prática comumente encontrada é a hierarquização de matérias ou de seus conteúdos, situação que assegura um conteúdo principal e apresenta outros elementos de outras áreas como coadjuvantes ou pretextos. É possível, inclusive, recair em modelos segundo os quais algumas matérias seriam mais importantes do que outras, sem levar em consideração o fato que, da perspectiva da interdisciplinaridade, todas as matérias devem

possuir a mesma força. Assim, todas as matérias são importantes e devem colaborar na construção do saber e do projeto de vida dos alunos, cada qual com as suas contribuições específicas.

É essencial que cada escola realize uma análise sistemática de seus programas, questionando a função das diferentes disciplinas, seus objetos de estudo, sua razão de ser, seus métodos específicos, para que seja possível vislumbrar as ligações de interdependência, convergências, complementariedade entre as diversas áreas do conhecimento. E isso se aplicará a cada conceito norteador que sustentará esse novo projeto pedagógico. Assim, tornar-se-á viável trabalhar com o desenvolvimento de competências e habilidades, proporcionando aos alunos a possibilidade de construção e reconstrução do saber.

Torna-se claro, portanto, que a articulação dos conhecimentos a serem ensinados e sua inserção nas situações de aprendizagem devem guiar os alunos nessa nova forma de construir o saber. Por fim, cabe destacar a importância do monitoramento e gerenciamento desse novo projeto pedagógico. Aspectos ligados à gestão de classe, conflitos internos e externos – como, por exemplo, estado psicológico dos alunos e do professor, projetos pessoais, etc. – devem ser administrados dentro das novas perspectivas adotadas, pois são variáveis que interagem na situação de aprendizagem.

Não é difícil perceber, portanto, a necessidade de um corpo docente que se envolva em pesquisas e no trabalho em equipe. Mais do que isso, é preciso adquirir uma formação interdisciplinar.

O reconhecimento de que a estrutura do conhecimento é muito rígida tornou-se óbvio. Diante das atuais mudanças ocorridas no ensino e no trabalho, os professores deverão se engajar no seu próprio aprendizado contínuo, deixando de lado fórmulas técnicas que antes seguiam para preparar os alunos.

Modifica-se a configuração do tempo e do espaço. As grades curriculares determinavam tempos e espaços rígidos. O trabalho com atividades e projetos exige a ruptura deste modelo. Assim, como todos os outros profissionais das outras áreas, os professores precisam aprender a lidar com situações complexas, contextos marcados pela incerteza, singularidade e instabilidade, pois somente desse modo estarão capacitados a conduzir seus alunos nesse novo panorama da sociedade dos dias de hoje.

O papel do professor neste novo contexto é fundamental, desde que se pretenda caracterizar o professor como mediador do saber, em detrimento da antiga caracterização

do professor como transmissor do saber; desde que o fundamental no conhecimento não seja o produto, mas antes a sua condição de processo.

Neste sentido, espera-se que os professores sejam capazes de, mais do que simplesmente transmitir seu saber, utilizar estratégias que facilitem a aprendizagem, incorporando procedimentos que aperfeiçoem a capacidade de estabelecer relações entre as diversas áreas. Assim, seu papel torna-se fundamental na construção do conhecimento, inclusive no que diz respeito à integração, já citada anteriormente.

É certo que existe certa relutância entre alguns professores em engajar-se em práticas que, por serem novas, requerem maior esforço e empenho e não uma simples aplicação de velhas fórmulas conhecidas. Toda mudança exige algum esforço e, nesse caso, significa agir de forma diversa daquela com a qual estavam acostumados.

O mesmo ocorre com os alunos, que foram introduzidos na aprendizagem utilizando-se estritamente do raciocínio disciplinar. No entanto, somente com a clara determinação de atingir esse novo objetivo – que é a formação de um novo cidadão, preparado para enfrentar o mundo lá fora – é que será possível provocar essa transformação tão necessária e tão urgente. Há, inclusive, uma farta literatura sobre a grande multiplicidade de estratégias e modelos já experimentados, que poderão colaborar para superar esse desafio.

Entendido que o Projeto Pedagógico é um processo que se realiza na prática e sua construção se realiza e se completa no dia-a-dia, é fundamental que o início desse processo se fundamente em bases sólidas e verdadeiras, comprometidas com esse novo objetivo de formar um novo cidadão. Assim, é imprescindível incorporar a prática do planejamento, que inclusive se configura como o primeiro passo em direção a essa nova construção do saber.

Não existem regras nem fórmulas para esse planejamento ou para a construção desse projeto pedagógico porque as características peculiares de cada instituição - corpo docente, área administrativa - deverão ser levadas em consideração, provocando alterações e mudanças ao longo desse caminho.

No entanto, é possível destacar alguns procedimentos norteadores básicos, a partir dos quais se viabiliza o planejamento e o desenvolvimento do projeto pedagógico sob medida, para cada instituição de ensino:

1. Preparação da instituição para as mudanças:

- Verificar a compreensão dos agentes envolvidos para incorporar o pensamento interdisciplinar e a contextualização como filosofia de trabalho;
- Analisar dificuldades e obstáculos a serem superados, bem como pontos positivos para a incorporação desse novo pensamento que está sendo gerado;
- Desenvolver mecanismos e instrumentos de avaliação interna para incorporação efetiva desse novo pensamento;
- Desenvolver mecanismos que assegurem a convergência das ações docentes, atividades técnicas e intervenções administrativas;
- Analisar dificuldades e obstáculos a serem superados, bem como pontos positivos para a incorporação dessa nova prática na instituição.

2. Preparação do corpo docente:

- Desenvolver estratégia para a construção de formação do corpo docente condizente com a nova prática a ser adotada - o professor como mediador do saber;
- Iniciar e promover a formação necessária dentro dessa nova perspectiva para os professores;
- Desenvolver mecanismos e instrumentos de avaliação interna e auto-avaliação do engajamento nessas novas práticas (na sala de aula, trabalho em equipe, pesquisas, etc).

3. Elaboração de Projeto Educacional:

- Definir de que forma os conceitos norteadores da nova construção do saber podem e devem ser implantados como filosofia de trabalho;
- Estabelecer claramente os objetivos a serem alcançados e sua relação com interdisciplinaridade e contextualização (como estas, na prática, colaboram para que os objetivos sejam alcançados);
- Valorizar e viabilizar o trabalho em equipe;

- Definir como serão trabalhados os conteúdos curriculares;
- Avaliar recursos disponíveis e recursos necessários;
- Adequar recursos às atividades a serem desenvolvidas;
- Outros aspectos importantes a serem considerados:
 - Sistemas de avaliação adequados à formação interdisciplinar e contextualizada;
 - Organização espacial adequada para facilitar as atividades a serem desenvolvidas (trabalhos em equipe, debates, recursos audio-visuais, etc.);
 - Organização temporal (flexibilidade de horários, implicações de horários, etc.); organização do horário que possibilite o desenvolvimento adequado das atividades pretendidas (trabalhos em equipe, atividades que reúnam professores de disciplinas diversas, etc.).

4. Análise sistemática de programas de estudo/contéúdos:

- Envolver todos os professores das diversas disciplinas nesta análise;
- Questionar a função, objetos de estudo e métodos específicos das diferentes disciplinas;
- Analisar os diversos conteúdos a serem abordados durante o ano letivo;
- Confrontando os conteúdos de cada disciplina com as outras diversas áreas, vislumbrar as diferentes e possíveis relações entre as mesmas;
- Definir uma estrutura de currículo interdisciplinar, selecionando quais os contextos, conhecimentos de quais áreas (ou métodos/procedimentos específicos utilizados pelas áreas) e as relações que serão abordadas, tendo em vista as competências e habilidades a serem desenvolvidas.

Tema IV: O Desenvolvimento de Atividades ou Projetos de Trabalho.

A equipe técnica responsável pela coordenação do projeto pedagógico da escola precisa admitir os diferentes níveis de competência dos diferentes atores. Por vezes, torna-se necessário propor programas de integração que se fazem a partir de atividades desenvolvidas nas áreas.

O que se pretende com o exemplo apresentado a seguir é somente ilustrar formas possíveis de se realizar, na prática, trabalhos com atividades ou projetos que foram previstos, por exemplo, em um projeto pedagógico.

Neste exemplo, os projetos de trabalho fundamentam-se principalmente em dois princípios norteadores da reforma, que são a interdisciplinaridade e a contextualização. Dessa forma, seriam uma sugestão de implantação e prática de princípios e direções previstas no projeto pedagógico.

O importante nos projetos de trabalho é entender como o raciocínio se desenvolve e como obstáculos são superados para que se alcance, finalmente, a viabilização dos planos.

A justificativa para esses projetos de trabalho encontra-se na própria realização da análise sistemática dos contextos, programas de estudo/conteúdos, através da qual é possível vislumbrar número incontável de relações que podem ser estabelecidas entre diversas disciplinas.

Parece, portanto, bastante plausível que o início deste processo ocorra necessariamente de acordo com seus recursos e possibilidades. Isto significa a opção de promover o engajamento gradual e crescente da escola na prática interdisciplinar.

Seguindo este raciocínio, é possível iniciar a prática através de um número adequado às possibilidades da escola. Os "Projetos com Trabalhos" seriam, então, apenas um dos caminhos para a efetivação da prática interdisciplinar.

Essa nomenclatura, utilizada aqui apenas para ilustrar e facilitar a compreensão desta prática, refere-se a propostas de trabalho que envolvem um número determinado de áreas do conhecimento ou disciplinas e às relações que entre elas podem ser estabelecidas e que se desenvolvem ao longo de um período de tempo relativamente curto. Ou seja, a partir da seleção de alguns conteúdos (ou métodos/procedimentos específicos utilizados pelas disciplinas) e de relações que podem ser estabelecidas entre os mesmos, é possível elaborar e implantar uma proposta de trabalho, a ser desenvolvida sob a perspectiva interdisciplinar.

"Atividades" ou "Projetos de Trabalhos"

(considerações, aspectos e exemplos a título de ilustração e esclarecimentos)

1) Seleção de contextos, conhecimentos e as relações entre os mesmos na composição da proposta de trabalho:

Por meio da identificação dos contextos relevantes nas disciplinas, foram selecionados, por exemplo, conhecimentos de Matemática, História, Geografia, Biologia,

Física e Química. As relações que poderão ser estabelecidas e a preocupação com a contextualização, que fazem parte do cotidiano e/ou universo dos alunos e da comunidade, foram um dos critérios adotados.

Em vez de abordar apenas um tema com várias ramificações (por exemplo, meio-ambiente sob a perspectiva das diversas disciplinas, ou seja, sob uma perspectiva multidisciplinar), esse "Projeto" envolve vários temas interligados e conduzidos por vários fios-condutores. A riqueza de relações que podem ser estabelecidas e a possibilidade de lançar um olhar mais abrangente sobre o mundo colabora para clarear e ilustrar o desafio de se adotar o pensamento interdisciplinar.

É importante ressaltar que os critérios adotados para selecionar os contextos e conhecimentos que integram essas propostas de trabalho não obedecem normas rígidas ou pré-estabelecidas. Devem, antes, estar de acordo com as reflexões realizadas dentro da escola durante a elaboração do projeto pedagógico.

O nível de complexidade que se pretende atingir, os tipos de relações que podem ser estabelecidas entre os conhecimentos e as disciplinas, os recursos disponíveis, o tempo de duração desses "Projetos" e o número de "Projetos" que serão desenvolvidos simultaneamente com os alunos são apenas alguns dos fatores que influenciam na seleção dos conteúdos, das disciplinas e na relação entre os mesmos.

Por fim, os conhecimentos selecionados devem, necessariamente, ser interessantes para os alunos. O papel do corpo docente (estimular e acrescentar novos interesses e necessidades) é decisivo.

Apresentar a proposta de trabalho de forma atraente é uma maneira de predispor favoravelmente os alunos às questões que serão abordadas pelo trabalho. Incluir a participação dos alunos na decisão dos contextos a serem abordados também pode ser uma excelente alternativa.

É possível, inclusive, engajar os alunos no planejamento detalhado e no acompanhamento do trabalho que será desenvolvido, no que diz respeito à localização de fontes de informação, programação de experiências e excursões. Dessa forma, os alunos aprenderão a lidar também com planejamento e trabalho em equipe.

No entanto, antes de propor qualquer projeto aos alunos, os professores deverão ter trabalhado com seu conteúdo, no sentido de verificar o interesse do mesmo e das relações

que podem ser estabelecidas. Deve ser cautelosamente analisada, esmiuçada, desmembrada e comprovada a riqueza de possibilidades do projeto para a prática interdisciplinar. Uma forma simples de fazer isso é relacionar, por disciplinas, os conhecimentos que previamente foram selecionados, tópico por tópico.

Os conhecimentos selecionados relacionam-se de diversas formas: através de conceitos, procedimentos ou valores. A relação da matemática com a física é um exemplo bastante claro deste tipo de situação, que abrange, ainda, os tipos de relação que podem ser exploradas entre conteúdos, disciplinas, temas, conceitos, valores e procedimentos: de questionamento, de negação, de complementação, de ampliação e de iluminação de aspectos não distinguidos.

Não existe hierarquia de disciplinas ou conhecimentos, pois todos concorrem com a mesma força no sentido de contribuir para a compreensão da realidade. O conceito de industrialização, por exemplo, está intimamente ligado ao de urbanização. Noções de demografia, interpretações de tabelas, distribuição de frequências, gráficos e dados numéricos consistem em um importante instrumento de conhecimento para a compreensão mais aprofundada de êxodo rural e urbanização. Saber calcular médias e desvios, tabelas e gráficos, entender o objeto da estatística e espaço amostral, por exemplo, permite desenvolver a capacidade do aluno de formar conclusões sobre fenômenos.

Dessa forma, um conhecimento pode ser aplicado diretamente na construção de outro saber. Conhecer o fenômeno da migração sob a perspectiva da geografia, por exemplo, significa compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, de forma a associá-las a princípios que regulam a convivência da sociedade. E a construção desse conhecimento pode ser feita através da manipulação de dados, tabelas e gráficos.

Por outro lado, estudar o impacto da automação industrial implica percorrer o universo dos conhecimentos tecnológicos aplicados à ciência natural, no trabalho, na escola e em outros contextos relevantes. Dessa forma, torna-se mais fácil compreender o impacto das tecnologias e entender a relação entre os desenvolvimentos da ciência e da tecnologia e suas aplicações.

É possível, enfim, estabelecer inúmeras relações entre os conteúdos selecionados para os projetos. Acima foram expostas apenas algumas relações, no sentido de ilustrar as

diversas possibilidades existentes.

Cabe destacar que deve imperar, acima de tudo, um clima positivo para o interesse dos alunos na construção do saber. Assim, não é necessário selecionar conteúdos de todas as matérias para cada projeto, forçando relações entre as mesmas. O importante é que estas relações tenham significado. Além disso, é preciso também considerar a forma como este programa de estudo se desenvolverá, para que a interdisciplinaridade saia do papel e seja colocada em prática.

2) O trabalho dentro e fora das salas de aula

Uma vez selecionados os conteúdos das disciplinas, seus respectivos professores poderão formar uma equipe de trabalho, que será responsável pelo desenvolvimento desse projeto. Deverão agir conforme as diretrizes estabelecidas no projeto educacional e no planejamento como um todo, conforme exposto anteriormente. Será preciso planejar especificamente como se desenvolverá esse "Projeto" dentro das salas de aula. Assim como existem inúmeras relações entre conteúdos e formas de selecioná-lo, o trabalho dentro da sala de aula poderá ser desenvolvido de várias maneiras.

Assim, a título de ilustração, serão abordados, a seguir, alguns aspectos dessa prática, bem como algumas alternativas. A abordagem desses conteúdos por cada um dos professores das diversas disciplinas pode ser cuidadosamente planejada, de forma que determinados conteúdos de uma disciplina estejam sendo trabalhados em sala de aula simultaneamente pelos seus respectivos professores. O trabalho pode acontecer de forma simultânea em cada disciplina, ou a medida em que houver demanda dos alunos.

É importante perceber que este tipo de planejamento só é possível quando os professores trabalham em equipe e que desses tipos de arranjo podem nascer frutíferas formas de construção do conhecimento. Além do mais, facilitam a Integração, que é essencial.

É possível constituir equipes de trabalho entre os alunos para que estes desenvolvam conteúdos, abordando um ou mais temas. Deve haver espaço comum entre as disciplinas, momento em que pontos de vista são confrontados e relações entre os mesmos são estabelecidas mais profundamente.

Neste sentido, a reunião periódica dos alunos com todos os professores envolvidos, para o desenvolvimento de atividades é uma boa alternativa. Promover debates, discussões em classe e desenvolvimento de trabalhos em equipe são atividades que favorecem a Integração.

Desta forma, professores e alunos estão reunidos para explorar a riqueza de relações que podem ser estabelecidas. As disciplinas deixam de refletir um mundo de conhecimentos distante para transformarem-se conhecimentos com real significado para os alunos. A comunicação a ser estabelecida deve ser multidirecional, ou seja, os alunos podem e devem ter voz ativa, expondo suas opiniões, compartilhando suas dúvidas e descobertas. Os professores seriam, nesse contexto, os facilitadores desse aprendizado.

Os recursos e materiais didáticos constituem um importante aspecto nesse aprendizado. Em primeiro lugar, os professores, em equipe, necessitam pesquisar informações disponíveis, em diversas fontes, tais como jornais, livros, bibliotecas, recursos audio-visuais, entre outros. Os alunos poderão, também, a medida em que o trabalho se desenvolve, colaborar para este acervo de informações. É possível, inclusive, criar um espaço comum para acessar essas informações, como murais ou pequenas mesas.

Acompanhar esse trabalho significa que os professores devem não só verificar o desenvolvimento de seus alunos na abordagem de suas disciplinas específicas, como também o aprendizado como um todo, envolvendo as relações entre as disciplinas, o aproveitamento e construção de conhecimento através da prática Interdisciplinar. E isso necessariamente implica a reunião e avaliação conjunta dos professores. Além disso, tratando-se de um processo, não só as atividades, didáticas e conteúdos devem ser analisados, como também a própria maneira como tudo está se desenvolvendo, para que possam haver correções e aperfeiçoamentos.

A interdisciplinaridade é um processo através do qual todos irão aprender, não só alunos, como professores e todos os demais agentes envolvidos em sua prática. Somente assim as escolas poderão encontrar, cada uma, a sua forma de trabalhar interdisciplinarmente. E seu aprimoramento também só poderá ocorrer através da prática.

IX. Considerações Finais.

As mudanças acima propostas atingirão não só os alunos, mas antes, todo o corpo docente das Escolas e também orientadores e pessoas da área administrativa. É preciso, no entanto, considerar ainda alguns aspectos essenciais para essa nova perspectiva.

A auto-capacitação do corpo docente e da Instituição deve ser continuamente perseguida. Ou seja, é preciso desfrutar dos materiais disponíveis como conteúdos referenciais e orientadores, que ajudarão os

professores, por exemplo, neste novo caminho a ser trilhado.

Mas, é preciso ir ainda além: incentivar e promover as redes de apoio – que são uma forma de trocar experiências, idéias e conhecimentos entre as próprias instituições que compõem a rede de ensino. Esta prática só tem a acrescentar ao processo individual de cada instituição no desenvolvimento de seu projeto pedagógico (que, como citado anteriormente é um processo contínuo, que se realiza na prática) e também ao conhecimento da instituição de ensino como um todo.